



# Anais da Assembléia

N.101

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 18 DE SETEMBRO DE 1986.

ANO XII

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 85.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 1986  
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Sérgio Spada.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Augusto Carneiro, Caíto Quintana, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Fuad Nacli, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tuguio Setogutte, e Wilson Fortes (41). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Airton Cordeiro, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Hermas Brandão, Jorge Maia Filho, Rubens Bueno, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos e Werner Wanderer (17).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Ofício:

Sob os n. DTL/168 e 169/86, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei n. 111/86 e 166/85, os quais convertidos em lei tomaram os números 8.357 e 8.358, respectiva-

mente.- Anote-se. Arquive-se.

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n. 106/86, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 18.09.86.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignada em Ata, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora MARCELA ROTTA CURY, pessoa de tradicional família de União da Vitória, sendo que o seu infausto passamento causou consternação geral no seio da sociedade daquele município, onde ela desfrutava de grande amizade e consideração.

REQUER mais, que uma vez aprovado o voto, seja feita comunicação à família entulada, cujo endereço é na Rua Dicesar Plaigant n. 42 - Z, Bairro Jardim Social, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 18.09.86.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata da presente sessão, um voto de congratulações às Igrejas Evangélicas pelo transcurso, no próximo domingo, dia 21 de setembro, do "Dia das Escolas Bíblicas Dominicais".

A importância do trabalho das referidas unidades de educação religiosa está na formação espiritual do ser humano, de modo a proporcionar-lhe uma ligação maior com Deus.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil, seção do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.09.86.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado do Interior, Dr. AIRTON POMPEU REIS, e ao Digníssimo Diretor-Presidente da SANEPAR, Dr. FABIANO SAPO-RITI CAMPÊLO, solicitando a implantação de um SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, no Distrito de SANTA MARIA, Município de Pitinga.

Sala das Sessões, em 18.09.86.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### JUSTIFICATIVA:

Sendo SANTA MARIA um Distrito densamente povoado, é justo que os seus moradores contem com um Sistema de Abastecimento de Água, evitando, dessa maneira, o consumo de água insalubre e, na maioria das vezes, danosa à saúde, principalmente das crianças residentes na localidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente a Excelentíssima Senhora Susana Maria Munhoz da Rocha Guimarães, MD. Secretária de Estado da Cultura e do Esporte, solicitando apoio à realização dos Jogos Abertos do Paraná-1987, através da comissão organizadora do evento.

Sala das Sessões, em 18.09.86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

Os Jogos Abertos do Paraná fazem parte da tradição desportiva do nosso Estado. É um fator de congraçamento dos atletas paranaenses. Entretanto, à realização dos referidos jogos em Campo Mourão, no próximo ano, exige ampliações e reformas de locais apropriados, para a recepção dos atletas e viabilização dos jogos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhada correspondência ao Senhor Ministro da Educação, Doutor Jorge Bornhausen, pedindo a criação e instalação de Curso Técnico Agrícola, a nível de 2.º grau, em Cascavel.

Sala das Sessões, em 18.09.86.

(a) MÁRIO PEREIRA.

#### JUSTIFICATIVA:

Cascavel é cidade-sede da microrregião Oeste do Paraná, responsável pela produção de 34% dos grãos produzidos em todo o Estado, mesmo ocupando apenas 11,6% do território paranaense.

A necessidade de um curso técnico agrícola, em Cascavel, desta forma, está presente nos expressivos números da atividade agrícola, que é o sustentáculo da economia regional e mesmo estadual. A formação especializada em agricultura é sinônimo de melhoria da qualidade da produção, além de dar o embasamento ao aluno para dar início aos estudos superiores de Engenharia Agrícola, existente em Cascavel e que é o único em todo o Estado.

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 216/86

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarado de utilidade pública, o "Instituto Metodista Educacional e Assistencial Luzamor" - com sede e foro em Maringá.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.09.86.

(a) DIRCEU MANFRINATO.

#### JUSTIFICATIVA:

O Instituto Metodista Educacional e Assistencial Luzamor é uma entidade voltada à Educação e à Assistência Social, que vem prestando inestimáveis e relevantes serviços à comunidade de Maringá e adjacências, conforme relatório de atividade que anexo apresentamos.

A documentação que anexo apresentamos, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais previstos na legislação estadual, reguladora do instituto da utilidade pública.

Com isso, apresentamos o presente projeto de lei que esperamos, irá contar com a total aprovação dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) Encerrada a Hora do Expediente, e não havendo oradores no Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente.

Com a palavra o Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, Líder do PDS, inscrito.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - "Miau, miau".

Poderia começar assim um programa policial, onde falasse de ladrão, ladrão de galinha ou ladrão de porco. Mas, eu prefiro aqui falar sobre os ladrões "do colarinho branco", e vou falar do Paraná. Aqui é a minha trincheira de resistência, e no horário que a justiça eleitoral apelida de "gratuito".

Começo assim o discurso, para responder a um compadre de José Richa, que encaminhou, segundo notícia do jornal "GAZETA DO POVO", hoje, um ofício que deve ir para

a lata de lixo se esta Assembléia tiver vergonha na cara. No ofício, o ex-Deputado Federal Olivir Gabardo, ex-Presidente do PMDB Estadual, ousa discordar do que consta dos autos do processo de prestação de contas do Governo José Richa, onde está afirmado, categoricamente, que se cometeram delitos tipificados no Código Penal, como o crime de falsidade ideológica praticado por outro compadre do compadre, que aprovou as contas de Richa, o compadre ERASMO GARANHÃO.

O Sr. Paulo Furiatti - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência faz um pronunciamento veemente a respeito das teses levantadas no Tribunal de Contas, mas, eu coloco em suspeição o Tribunal de Contas, porque o mesmo acaba de efetivar quarenta e oito funcionários sem concurso público. E esse tipo de atitude, moralidade para os outros, mas não verificação da moralidade da Casa interna, me deixa preocupado.

Isso não quer dizer, nobre Deputado, que efetivamente Vossa Excelência não possa até ter razão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Concordo com Vossa Excelência. Moralidade tem que começar na própria casa, até nos parentes e a começar pelos parentes. E vou mostrar aqui, exatamente, o parentesco. Continue Vossa Excelência.

O Sr. Paulo Furiatti - Então, o que nos preocupa, nobre Deputado, e efetivamente eu queria não apartear-lo exatamente sobre esta questão, mas ...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Mas, se Vossa Excelência quiser discutir sobre isso ou sobre qualquer outro assunto, eu discuto com Vossa Excelência.

O Sr. Paulo Furiatti - Mas, o que nos preocupa é que num ano eleitoral as teses são levantadas por um Tribunal que não aplica as leis internas. Está cometendo irregularidades, está efetivando funcionários sem concurso público.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência não está entendendo. Eu estou falando sobre a Assembléia e não sobre o Tribunal. Não cheguei lá ainda, nobre Deputado.

O Sr. Paulo Furiatti - Então, vamos chegar lá.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - O Tribunal de Contas é mero órgão auxiliar deste Poder, no caso do parecer de contas do Governador José Richa, de 1984. E o Tribunal

dá parecer prévio sobre as contas; quem aprova ou desaprova as contas é o Poder Legislativo, que é o Poder fiscalizador e lamento que o Deputado Paulo Furiatti passe um atestado público de ignorância sobre o texto legal e sobre o texto das leis que regem a matéria de fiscalização de contas do Estado do Paraná.

Mas, Vossa Excelência quer falar sobre parentes, é bom falar Deputado Paulo Furiatti, porque o primeiro ato do compadre de José Richa, o primeiro não, deixa ser preciso, o primeiro ato de Olivir Gabardo, Presidente do PMDB, que renunciou o mandato popular, foi contar a Lei de 15 anos, para que pudesse ter os seus proventos aumentados, e o segundo ato contra o Paraná, foi nomear parentes para o Tribunal de Contas. É sobre parentes que eu também aceito discutir, com quem quer que seja, nesta Casa. E vou contar isso ao Paraná. A imoralidade deve ser sanada dentro da Casa, da família, sabe, Deputado Paulo Furiatti, não é possível bancar o mocinho da televisão e agir de uma maneira inversa, não é possível ser funcionário público, trair a confiança, eleger-se usando o recurso público e depois ir combater a corrupção. Nem Deputado meia-sola tem direito de fazer isso.

Pois bem, é de Olivir Gabardo que quero falar hoje.

Olivir Gabardo, na resposta que pretende dar a este Deputado, que não está fazendo nada mais do que cumprir com seu dever constitucional, está pedindo ao Paraná e aos Deputados que fiscalizem as contas do Governador José Richa e do Governador João Elísio Ferraz de Campos, porque não adianta nada ao Tribunal de Contas falar do pernil que Cícero Bley, mandou distribuir, não sei se para os funcionários da SUREHMA, não sei se para altas autoridades. Vossa Excelência Deputado Paulo Furiatti, não recebeu nenhum porco, nem pernil do Cícero Bley?

Não adianta também, o Tribunal de Contas falar sobre a galinha do IAM, não. Não adianta, ladrão de galinha, ladrão de porco vai para a cadeia neste Brasil, mas ladrão que rouba dólares, que recebe comissão indevida, não. E quem diz isso são os homens da comissão de alto nível presidida pelo General Tourinho! E, falando em General, eu agora sinto-me orgulhoso de dizer General Tourinho, porque tanta gente fala mal de militar, mas não conta mesmo o porquê fala mal de militar. Pois bem, esta Assembléia vai ter que analisar as contas do Governador José Richa e João Elísio. Vai analisá-las apesar do parecer do compadre do Governador ser favorável à aprovação das contas, e apesar do ex-Presidente ou atual Presidente. Quem será, que é o Presidente desta Assembléia? Nilso Square-

zi? Antônio Martins Annibelli? Quem é o Presidente?

O Deputado Nilso Sguarezi, na condição de Presidente da Assembléia, mandou um Ofício encaminhando a prestação de contas, que nos termos constitucionais deve ser encaminhado a esta Assembléia, para o Tribunal de Contas. Sabem o que diz o preclaro Deputado?... Não sei se chamo Deputado, ou Presidente, ou Deputado-Presidente, para o Tribunal de Contas para uma análise prévia. Pois bem. Nesse ofício ele afirma o seguinte: "Encaminho a prestação de contas do Governo José Richa, para este Tribunal de Contas para fins de aprovação". Aí o processo veio de volta para a Assembléia. Aqui na Assembléia houve um erro datilográfico.

Puxa, mudar um parecer. Era o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, e depois virou parecer da Comissão de Finanças daí, eu denunciei; saiu, mudou, e o projeto finalmente voltou para a Comissão de Constituição e Justiça.

Estranha coincidência, tudo isso. Governo, ladrão, galinha, porco, dólar, falsificação de documentos, adulteração de documentos, nessa Assembléia Legislativa.

Por isso que, lamentavelmente, nós homens públicos perdemos a credibilidade popular. O povo, até certo ponto, tem razão de não acreditar mais numa classe política que deixa o ladrão de galinha ir para a cadeia, mas, não deixa os criminosos "de colarinho branco" serem analisados por esta Assembléia Legislativa. Todos nós juramos defender a Constituição. E a Constituição nos outorga esse direito-dever de fiscalizar as contas governamentais.

Duas são as tarefas mais importantes da Assembléia: elaborar o orçamento e fiscalizar as contas governamentais. E nós não estamos analisando contas como o Tribunal de Contas. Lamentavelmente, até hoje, não analisamos as contas da Secretaria das Finanças, onde há recibo falso, onde há prova de delito que o Erasmo Garanhão - perdoe-me, não estou falando em linguagem parlamentar -, que Sua Excelência, o ex-Secretário do PMDB, das Finanças do Paraná, candidato a Deputado Federal do PMDB do Paraná, candidato, Deputado Sérgio Spada, candidato a Deputado Federal do PMDB do Paraná, pagou comissões sem autorização legal. É princípio de Direito Administrativo que o administrador público só pode fazer aquilo que a lei determina e não aquilo que ele quer.

Pois bem, Erasmo Garanhão pegou o dinheiro do Estado como se fosse seu, pegou dinheiro em notas verdinhas, em dólar, e rasgou dinheiro do povo, e este homem não pode ser criticado, e esta Assembléia calará frente a uma declaração vergonhosa do Presidente do Tribunal de Contas.

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado? (Assentimento)

Eu acompanho o pronunciamento de Vossa Excelência e quero dizer que também recebi uma justificativa por parte do Presidente do Tribunal de Contas, onde ele informa a esta Liderança que foi acompanhado por mais quatro Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas, perfazendo, portanto, na votação do parecer às contas de 1984, cinco votos a favor e apenas um em contrário.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Um momento, só para ajudar o raciocínio, só para esclarecer, Vossa Excelência recebeu o ofício?

O Sr. Nestor Baptista - Recebi um ofício.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Recebeu o ofício? Vossa Excelência pode mostrar o ofício?

O Sr. Nestor Baptista - É a mesma resposta que Vossa Excelência recebeu...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Não, eu não recebi resposta. Eu gostaria que Vossa Excelência mostrasse.

O Sr. Nestor Baptista - Eu tenho inclusive, nobre Deputado ...

Neste momento o Deputado Nestor Baptista conversa com o Deputado Paulo Furiatti).

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Olha, estão cochichando, hein?

O Sr. Nestor Baptista - Não, está aqui. Recebi o ofício n. 835/86 da Presidência dirigida ao Presidente desta Casa.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - A qual Presidente?

O Sr. Nestor Baptista - Ao Senhor Deputado Antônio Annibelli.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Ah! Está bom, tudo bem. Continua.

O Sr. Nestor Baptista - E no parecer do...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Não gagueja, Deputado...

O Sr. Nestor Baptista - parecer dado pelo Presidente...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu sei que é difícil, Vossa Excelência é um Deputa-

do honesto, eu sei que é difícil Vossa Excelência...

O Sr. Nestor Baptista - Não, não estou gaguejando. Eu apenas estava procurando os dados para dizer que no parecer de cinco votos apenas um voto em contrário que foi do Conselheiro Cândido Martins de Oliveira.

Pois bem. Parece-me - e as contas estão na Comissão de Tomada de Contas ...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Não, Vossa Excelência está equivocado.

O Sr. Nestor Baptista - Não estou equivocado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Está equivocado, as contas estão comigo, nobre Deputado.

O Sr. Nestor Baptista - Através da Comissão de Tomada de Contas.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Não, Vossa Excelência está equivocado outra vez, através da Comissão de Constituição e Justiça por decisão deste Plenário.

O Sr. Nestor Baptista - Mas, Vossa Excelência me concede um aparte?  
Eu posso terminar ...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Com muito prazer.

O Sr. Nestor Baptista - ... e depois Vossa Excelência pode continuar o seu pronunciamento já que a palavra está garantida à Liderança do PDS.

Eu quero dizer - e foi bem lembrado - que se uma coisa me honra nos dois mandatos que conquiei é a lisura da minha conduta moral.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Não tenho nenhum reparo a fazer sobre a afirmação de Vossa Excelência.

O Sr. Nestor Baptista - Ao assumir a Liderança da Bancada do PMDB, e posteriormente, ser convidado pelo Governo para ser Líder do Governo também.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - De qual Governo?

O Sr. Nestor Baptista - Do PMDB, que o povo elegeu, que o povo transformou em governo ...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Do Governador José Richa ou do Governador João

Elísio? Vossa Excelência poderia esclarecer para mim?

O Sr. Nestor Baptista - Do Governador José Richa, inicialmente e hoje, referendado também, pelo Governador João Elísio.

O Sr. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Obrigado, Vossa Excelência foi preciso.

O Sr. Nestor Baptista - Fico espantado que parece que quem é corrupto tem que ir para a cadeia. Agora, se tivesse que ir corrupto para a cadeia, não teria um cidadão do PDS hoje, candidato do Brasil inteiro. Porque, se desmandos houveram neste País, foram praticados pela ARENA, foram praticados pelo PDS...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Tem o José Martinez, que é seu companheiro de chapa, tem o Erasmo Garanhão, tem o pessoal que saiu do PDS e foi para o PMDB.

O Sr. Nestor Baptista - Ou Vossa Excelência me concede o aparte ou ...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - ... Muitos hoje se agarrando no PMDB, porque o PMDB, é Governo. Por que não?

O SR. FUAD NACLI - Pela ordem. Não aceito as palavras do Deputado Nestor Baptista. Fui do PDS e não sou corrupto. Dentro do seu partido existem muitos ladrões que deveriam estar na cadeia! Gostaria que Vossa Excelência respeitasse os homens de cabelos brancos, os homens de bem. Fui do PDS, estou no partido que comecei a minha vida pública e não aceito as suas palavras.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Continua com a palavra o Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Nobre Presidente, Vossa Excelência pode me informar qual o tempo que me resta?

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Oito minutos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Concedo um minuto para Vossa Excelência concluir o aparte.

O Sr. Nestor Baptista - Então, devo dizer a Vossa Excelência que o Deputado Fuad Nacli "se queimou", mas quero analisar que o Brasil, hoje se encontra nesta situação respaldado pelo partido que Vossa Excelência pertencia.

Não quero dizer também, que no PMDB de hoje não tenha os mesmos sem-vergonhas que

estavam ontem na ARENA e no PDS, porque querem ficar "mamando na teta do Governo"...

O Sr. Fuad Nacli - O próprio Presidente da República foi do PDS. O candidato também eleito ...

(Discussões paralelas)

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vejam como ele está "nervozinho". Vossa Excelência concluiu o aparte?

O Sr. Nestor Baptista - Não, mas concluírei. Fizemos aqui nesta Casa, uma CPI para investigar os atos irregulares do Governo passado. Levantamos oitenta e quatro casos escabrosos. O PDS não participou da CPI. Infelizmente, estamos no Brasil e a Justiça até hoje não se pronunciou contra uma "gatarada" que estava neste governo. Não vi ninguém do PDS se levantar e nem participar da CPI da Corrupção.

Agora, para encerrar e agradecer o aparte que Vossa Excelência concedeu-me, se este PMDB tem malandro, se este PMDB tem corrupto, vamos juntos provocar a Justiça para meter na cadeia esta gente. Temos aqui Deputados sérios, imbuídos dos melhores propósitos, como havia também, em seu partido. Não estamos aqui para dar sustentação para malandro. E não estamos para referendar se o Tribunal de Contas agiu erradamente.

Tanto é verdade que nem fui à tribuna para justificar o ofício recebido através da Presidência para esta Liderança, porque entendo que temos que dar mais força e mais responsabilidade ao Poder Legislativo.

Não me submeto. A nossa bancada também não se submete a um capricho, ou a um parecer técnico do Tribunal de Contas.

Vou mais além, ainda no episódio do Porto de Paranaguá, o próprio Tribunal deu um parecer técnico isentando a corrupção que havia no Porto, denunciada por este Deputado. E nós acatamos, porque não assinamos embaixo de corrupto algum, como a grande maioria da Bancada do PMDB.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Pois bem.

Falou o Deputado Nestor Baptista no ofício. Não tinha o ofício em mãos, pediu para o Deputado Paulo Furiatti, que funciona como seu assessor...

O Sr. Nestor Baptista - Ele estava lendo o ofício.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Ora, Vossa Excelência escuta o telefone, mas seguramente não é com o Palácio.

Pois bem. Vamos ver. Ofício que não sei se é do Presidente do Tribunal de Con-

tas, ou se é do Presidente do PMDB, porque o Senhor Olivir Gabardo não dispuiu ainda a camisa do PMDB para assumir a postura de um magistrado do Tribunal de Contas. Mas, ainda fala o Deputado Nestor Baptista e eu confesso, que este é um rapaz de valor, que lutou bastante na vida e que chegou a esta Casa pelos seus próprios méritos. Eu o conheci há anos atrás, e talvez até o Deputado Nestor Baptista nem esteja lembrado disso, mas há anos atrás, eu conheci a origem da sua família, família de gente digna, de gente honrada, e por isso eu acho o Deputado Nestor Baptista um homem competente. Pois bem, Deputado, por favor pãre com esta história de que corrupção foi privilégio do PDS.

Vossa Excelência tem capacidade para dizer outras coisas e só diz isso, nesta Casa.

O Sr. Nestor Baptista - Não, eu apenas quero lembrá-lo de que se houve problema neste Governo, não começou só neste Governo.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem), Senhor Presidente, eu solicito que Vossa Excelência me assegure a palavra e peça ao Líder do PMDB que tenha a urbanidade que esta Casa requer.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Vossa Excelência não precisa pedir Pela Ordem, porque a palavra está com Vossa Excelência e cabe-lhe manter a ordem.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Mas, Vossa Excelência não toma as providências legais. Vossa Excelência deve tomar as providências legais e assegurar-me a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência conduz o seu pronunciamento e não dite normas à Presidência que é independente de partido político.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência seja mais Antônio Martins Annibelli.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Eu sou mais Antônio Martins Annibelli.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu vou, Senhor Presidente, Senhores Deputados, vou dizer ao nobre Deputado Nestor Baptista, que eu o desafio a encontrar no meu pequeno Partido Político, o PDS, outrora o maior partido do Ocidente, o Partido que só tem uma voz nesta Casa, depois de ter tido vinte e três ilustres componentes de sua Bancada, eu desafio a Sua Excelência que prove algum ato menos digno do meu PDS

no Paraná.

Agora o PMDB é o PMDB da luta, do sonho, de Tancredo Neves. Seguramente o PMDB não é o PMDB de Ulisses Guimarães. Não. Ulisses é o "Mister Diretas". Mas, será que o PMDB é o PMDB do inimigo das Diretas, de José Sarney? Será? Será que é o PMDB do sonho que transformou-se em voto em 1982 contra a corrupção, e porque não tem ninguém na cadeia? O PMDB é Governo no Paraná há três anos e meio.

É dever, é obrigação moral e legal do Governador determinar a prisão administrativa do ladrão. Então, por que é que José Richa não colocou os ladrões na cadeia? Por que é que o PMDB dessa República Nova não colocou os ladrões na cadeia?

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Deputado Luiz Alberto Oliveira, esta Presidência comunica que está encerrado o seu tempo, e lhe consulta se fará uso do seu tempo de liderança por mais dez minutos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu agradeço a gentileza e a forma fidalga com que Vossa Excelência preside os trabalhos desta Casa, e desejo voltar um pouco à história, porque graças a Deus nós somos frutos de uma boa árvore. Nós temos origem. E Vossa Excelência tem origem; um homem que era do PTB e que foi Líder da Oposição e que eu, até hoje leio os seus discursos no "Diário Oficial da Assembléia"; leio às vezes da coleção do jornal "O Estado do Paraná", e lembro-me que, naquela época, meu pai era Deputado do Governo e sempre houve respeito, sempre houve, apesar de adversários políticos, dignidade no tratamento.

Isto é coisa, ou esta é a maneira de proceder de gente que tem origem?

Eu não sei se mais alguém gostaria de ter o aparte. Se não houver mais quem queira me apartear, me honrar com o seu aparte, eu peço a Vossa Excelência que jogue na lata do lixo o ofício de Olivir Gardo.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência declinou do seu Horário de Liderança?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Declino, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Havendo declinado, consulto o Partido Comunista Brasileiro se fará uso do seu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Márcio Almeida, por nove minutos.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Intensifica-se pelo País toda a discussão relativa à automatização e robotização da nossa economia.

O Paraná não está ausente desta preocupação. Nesses dias, aqui na Capital e em Londrina, a Associação dos Profissionais de Processamento de Dados promove a discussão sobre esse tema, não só os profissionais da área de informática, mas também o setor sindical brasileiro levanta hoje a necessidade de que a política de desenvolvimento do País leve em conta o atual estágio de desenvolvimento e conduza a aplicação da tecnologia de uma forma a atender a necessidade do progresso e a realidade da mão-de-obra do operariado brasileiro.

Inadmissível que um País nas nossas condições, venha a incorporar como cópia de países em outro estágio, a utilização dessa moderna tecnologia. A robotização e automatização do processo produtivo devem fazer parte da nossa realidade, mas jamais implicando na elevação das taxas de desemprego, que apesar do plano cruzado continuam elevadas.

O modelo capitalista de desenvolvimento que o País até hoje adotou e que, na nossa concepção de comunista, que defendem um modelo diferente, tem certeza que a história, o escravagismo, o capitalismo que hoje existem, sem dúvida alguma, representa um avanço, um progresso aos estágios anteriores, mas que superado será inevitavelmente, queiram ou não queiram, os banqueiros e os latifundiários. O capital estrangeiro superado será por uma sociedade mais moderna, mais justa, mais humana e, portanto, socialista e que a propriedade das fábricas, das terras, dos serviços, seja de fato daqueles que realizam os serviços, e que o lucro seja distribuído da forma como cada dia que passa a população se conscientiza de como deverá ser.

Mas, esse futuro ninguém sabe quando acontecerá, pelo qual hoje, no Brasil, boa parte das forças políticas e da população tem clareza de que tem que por ele lutar e, necessariamente, só acontecerá na medida em que no dia a dia se conseguir dar conta das tarefas e das reivindicações imediatas.

Hoje, é o atendimento às justas reivindicações dos professores da rede de ensino estadual do Paraná, pela qual nos solidarizamos e procuramos ajudar aqui compatível com a atual realidade econômica do Estado.

Que os professores do Paraná tenham as suas condições de trabalho cada vez melho-



res. Também são os profissionais da área Biomédica, que no Estado do Paraná continuam marginalizados sem ter o seu quadro próprio e esperamos que ainda neste Governo, se tomem as devidas providências, no sentido de estabelecer e corrigir essa injustiça.

Hoje, é o risco, é a ameaça, como iniciava no meu pronunciamento da automação e da robotização, instalar-se no Estado do Paraná de uma forma não planejada e sem a participação dos setores interessados na sua aplicação, que não são só os empresários, não é só o Governo, mas são, fundamentalmente, os trabalhadores que por ela serão afetados. Portanto, nesta oportunidade, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, após ouvir o pronunciamento que nos antecedeu, que até nos assusta pela arrogância da nossa avaliação com que foi feito, pelo fato de estarmos vivendo uma situação, um momento político em que se deveria sem esquecer as situações concretas que estão acontecendo no dia a dia na vida econômica e social do País, deveria acontecer também, a preocupação para que nesta Casa o tema da Constituinte, as teses para a futura Constituição, fossem ventiladas, abordadas, aprofundadas.

Nós comunistas do PCB estamos tentando no dia a dia desta campanha eleitoral resgatar para o primeiro plano do debate as teses e as propostas da Constituição futura.

Apresentamos, e estamos discutindo nos bairros, nas fábricas, nas escolas, aonde temos oportunidade de apresentar a nossa visão dessa Constituição que acontecerá, que não será a Constituição da futura sociedade brasileira, isso temos a certeza pela composição do quadro político e pelo resquício do autoritarismo dos últimos vinte e poucos anos, mas que, sem dúvida alguma, há o anseio generalizado por parte da população, de que essa desacreditada categoria de representantes políticos que nós temos hoje no País, da qual eu me incluo, desacreditada para quem os trabalhadores, as mulheres, os homens olham com desconfiança, como já foi lembrado aqui hoje. Não conseguiremos contribuir para resgatar essa credibilidade. Nós, comunistas, reafirmando temos o maior interesse em que a vida política brasileira, em que os políticos, os partidos políticos resgatem o seu crédito, porque apostamos e acreditamos num processo político de transformação da sociedade; não apostamos e não acreditamos num processo de violência, na superação desse capitalismo que aí está; acreditamos que, através do debate, da conscientização e da opção livre do voto dos brasileiros, enterraremos o capitalismo e construiremos uma sociedade nova.

Mas, sem créditos, sem partidos políticos fortes, isso não acontecerá. E partidos políticos fortes, na nossa concepção, só acontecem quanto têm perfil ideológico nítido, claro e afirmativo.

Lamentavelmente, e sem querer nenhuma agressão aos partidos representados nesta Casa questiono a condição de partidos ideologicamente definidos e coerentes na sua doutrina e na sua prática.

Creio que esses debates que se realizam na Assembléia Legislativa, neste período, devem priorizar esses temas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Consulto a Liderança do Partido Liberal. (Declina).

Consulto a Liderança do PMDB. (Falará o Deputado Paulo Furiatti).

Com a palavra, o Senhor Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

É hora desta Casa começar a discutir sobre os Poderes Legislativo, Executivo e o Judiciário. As inter-relações, as nossas obrigações, e qual é a função e o papel que nós, e o povo deseja, que os Deputados exerçam aqui.

Nós teremos uma Constituição nova a partir de 1987, uma Constituição Federal, que deverá devolver a autonomia ao Legislativo, para que os Deputados tenham, efetivamente, o que fazer na Assembléia Legislativa. Porque a Constituição que aí está, colocou o Poder Legislativo numa situação que, efetivamente, não tem poder algum.

É hora de rediscutirmos o Poder legislativo, o Tribunal de Contas, o Judiciário e o Executivo, porque nos resta muito pouco a fazer nesta Casa, diga-se a verdade. Projetos e mais projetos, transformando entidades em entidades de utilidade pública, nomes de estradas, votos de pesar. Mas, o verdadeiro papel do Parlamentar é manietado por uma Constituição que não permite que exerçamos o verdadeiro poder legislativo.

A nova Constituição virá, e esta Constituição deverá devolver aos Estados a sua autonomia e também aos seus municípios, e deverá devolver ao Parlamento Estadual a sua capacidade de Poder.

Além disso, um ano após a Constituinte, nós teremos a Constituinte Estadual, onde, neste Parlamento, será feita a regra maior da interação entre os Poderes, a nível de Estado. E muitas coisas deverão ser mudadas; muitas coisas deverão ser alteradas para que não permaneçamos nesta Casa durante quatro anos como "bonecos" que fazem discursos e apenas reclamam.

Em 1985, o Tribunal de Contas inventou



um concurso interno, para efetivar no serviço público pessoas que não se submeteram ao concurso público. Na época, desta tribuna, nós reclamamos, denunciemos e justiça seja feita, o então Presidente do Tribunal de Contas, Cândido Martins de Oliveira recuou neste propósito, fazendo com que os funcionários entrassem na Justiça. E faço esta colocação para que fique registrado nos Anais desta Casa o que está acontecendo no Tribunal de Contas, dos funcionários que entraram na Justiça; dois tinham direito àqueles benefícios porque tinham participado de concurso público, os demais não tinham direito porque eram cargos de confiança do Tribunal de Contas e não podiam ser efetivados no Tribunal, como funcionários efetivos.

O Sr. Adhail Sprenger Passos - Permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. PAULO FURIATTI - Perfeitamente!

O Sr. Adhail Sprenger Passos - Eu queria declarar aqui, que o problema da corrupção não é privilégio de nenhum segmento da sociedade; ele espraia pelo corpo social. O que cabe é a sociedade organizar estruturas para coibir a corrupção onde ela existir.

Vossa Excelência sabe perfeitamente, e toda Casa sabe do nosso trabalho na CPI da corrupção, sabe dos relatórios que nós tivemos oportunidade de apresentar e que foram aprovados por unanimidade da Comissão e aprovados por esta Casa. O que nós devemos trabalhar é justamente dentro dessa linha que Vossa Excelência traça. Reestruturar os órgãos incumbidos de fiscalizar o setor público e até o setor privado, e aí está o trabalho do início da nossa legislatura. Propusemos uma reformulação radical do Tribunal de Contas do Paraná, e o que encontramos, não só nesta Casa, na estrutura do Governo e no próprio Tribunal de Contas, foi uma negação daquilo que é mais fundamental, no meu entendimento para acabar com a corrupção. A reformulação radical do Tribunal de Contas, é a reformulação de toda a estrutura, é a criação do Conselho Municipal de Contas, é a reformulação da estrutura, inclusive na escolha dos juizes desse Tribunal, porque não podemos continuar desta forma, e a minha esperança é que o povo saberá escolher candidatos à Assembléia Nacional Constituinte, para reformular todo o sistema de controle financeiro do setor público, reformulando, do início ao fim, todo o sistema do Tribunal de Contas do nosso País! Aí, sim, nós poderemos colocar na cadeia os corruptos, onde eles estiverem, inclusive os do meu próprio partido!

O SR. PAULO FURIATTI - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, e é exatamente em cima disso, Deputado Adhail Sprenger Passos, que é importante reanalisarmos, porque o Deputado Luiz Alberto Oliveira fez a afirmação que o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar da Assembléia, isso é constitucional, porém o próprio Governo do PMDB mandou uma Mensagem à Assembléia Legislativa aprovou, o que gerou uma ação, inclusive o Deputado José Antônio Fonseca faz parte, junto ao Supremo Tribunal Federal por que, como é que o Executivo pode interferir numa organização que não estaria submisso a ele?

Os funcionários do Tribunal de Contas entraram na Justiça; apenas dois funcionários tinham direito aos benefícios do concurso interno, o que é infeliz é que o próprio Cândido Martins de Oliveira não aceitou o concurso interno e recuou, e um homem do PMDB, o Presidente do Tribunal de Contas, Olivir Gabardo admite quarenta e tantos funcionários do Tribunal de Contas, à revelia da lei!

E aqui, faço um apelo à Procuradoria Geral do Estado, para que defenda os interesses do povo que não permita que o Tribunal de Contas efetive funcionários que não participaram de concurso interno, porque o nosso papel como Deputado e aqui aproveito a discussão, Deputado Luiz Alberto Oliveira, para dizer que temos que começar por esta Casa, porque aqui dentro está cheio de irregularidades. Nós temos irregularidades das mais diversas, e aí, saímos à rua pedir votos e o povo não nos acredita.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Concede-me um aparte, nobre Deputado? (Assentimento).

Inicialmente, quero dizer que os erros vêm se sucedendo ao longo de muitos anos. Foi lembrado pelo Deputado Luiz Alberto Oliveira a contagem de quinze anos, para o cidadão indicado para o Tribunal de Contas. Foi a própria Assembléia Legislativa que, no passado não muito distante, acabou aprovando aqui, quando era a grande maioria, não me lembro se ainda era ARENA ou se já era PDS, mas a verdade é que foi aprovada aqui nesta Casa, o cidadão é indicado e, nomeado para o Tribunal de Contas, e conta mais quinze anos na sua vida pública. Passe mágico! Tanto que o candidato do PDS em 1982, Sauz Raiz tinha 37 anos de idade, e trinta e seis e meio de serviço.

Um negócio realmente complicado, inexplicável, e nós temos aqui, hoje, alguns médicos que poderiam explicar, qual é a explicação, qual é a teoria para explicar que isto possa ocorrer. Se hoje, o atual Presidente também incorreu no mesmo erro,

nós não vamos justificar o seu erro, absolutamente, se bem que ele continua trabalhando e, não está aposentado.

O que é preciso é que a Assembléia volte ao seu devido lugar, porque o próprio Judiciário e o Legislativo se integraram à mágica de se sucumbir, de se entregar, ao Poder Executivo. Tanto é verdade, que nós fizemos aqui a chamada CPI para apurar irregularidades do Governo passado. Eu trago aqui, e passaria algumas sessões detalhando item por item do relatório final, porque nós abarrotamos quase uma sala, de tanta documentação fraudulenta, no Governo anterior, e aqui temos apenas um relatório final.

E a Procuradoria da Justiça até agora não se pronunciou também. Por que? Porque, infelizmente, os erros continuam existindo. O Poder do Judiciário é pequeno e o Poder do Legislativo se permite apenas à denúncia. Agora, com a denúncia, nós conseguimos mudar muita coisa nesse País, e foi o PMDB o instrumento principal de denúncia nesse País, e foi o PMDB o instrumento principal de denúncia nesse País, para que pelo menos a população pudesse conhecer um pouco mais os seus políticos.

Eu até admito o que foi dito pelo Líder do PDS, Luiz Alberto Oliveira que há em determinados momentos, uma falta de credibilidade da classe política, mas, eu me permito dizer também, que essa falta de credibilidade foi ocasionada pelos politiquinhos, que só sentam, levantam e aprovavam as ordens emanadas do Executivo a troco de determinados favores pessoais.

Eu quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento; é oportuno e essa Liderança se solidariza com a posição de Vossa Excelência.

O SR. PAULO FURIATTI - Para concluir Senhor Presidente, entendo que, e faço esta proposta aos nossos colegas Deputados.

Não é justo que façamos propostas para os outros, e não façamos propostas para as nossas próprias atividades e ações nesta Casa. É necessário uma rediscussão séria do papel do Poder Legislativo, da Assembléia Legislativa. É necessária a transformação por aqui, é necessária a mudança por aqui. E esta mudança é necessária porque se não, nós estaremos sempre em campanhas eleitorais dizendo o que os outros têm que fazer. Mas, aquilo que nós teríamos que agir, na transformação, nós também não fazemos, inclusive é o papel do Tribunal de Contas.

É ou não é assessor da Assembléia Legislativa? Tem que levar a orientação do Poder Legislativo ou não tem? É o quarto Poder, ou não é? Senão nós continuaremos indo à rua pedir voto, e sendo olhado com

olhares desconfiados pela população.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Consulto a Liderança do Partido da Frente Liberal, se fará uso do seu tempo.

Havendo declinado, consulto o Partido Democrático Trabalhista se fará uso do seu tempo.

Havendo declinado, consulto o Líder Fuad Nacli, se o Partido Trabalhista Brasileiro usará o seu tempo.

Concedo palavra ao Sr. Deputado Fuad Nacli, por dez minutos.

O SR. FUAD NACLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece que ouvi, Sr. Presidente, que Vossa Excelência me concederia dez minutos. Qual é o tempo reservado para o líder da Bancada?

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Nove minutos para cada um, mas como Vossa Excelência é o decano, tem mais um minuto.

O SR. FUAD NACLI - A liderança tem dez minutos?

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Nove minutos.

O SR. FUAD NACLI - Obrigado, Sr. Presidente.

Senhores Deputados, nós voltamos novamente à tribuna como hoje fez o ilustre Deputado Líder da Bancada do PDS, "miando" nesta tribuna.

Não viemos "miar" aqui nem viemos atacar ninguém. Queremos aqui, procurar tratar com respeito e dignidade, e dizer aos Srs. Deputados de todas as lideranças desta Casa, aos Srs. que estão no plenário e à Executiva, e viemos dizer, hoje, aqui, que estávamos folheando a votação dos senhores candidatos a Deputados Federais e Estaduais da ARENA e do PDS nos diversos municípios, nos pontos geográficos do nosso Estado, onde eu fui votado, para que eu pudesse ter, pelo menos, ciência do que seria esta eleição, com referência ao número dos Srs. Deputados.

Eu tenho recebido, todo dia, informações quanto esta ou aquela bancada. Nós vimos que hoje no PMDB são 126 candidatos a Deputados Federais e Estaduais. Nesta relação de 126 senhores candidatos a Deputado, encontramos ex-membros da ARENA, ex-Deputados da ARENA e do PDS 78 Srs. postulantes à cadeira na Assembléia Legislativa e à Câmara Federal. Notem que o número é muito maior hoje, no PMDB, e eu acho

que é um direito sagrado, é um direito de todos aqueles que querem se agregar a uma legenda.

Sabem os Srs. que o Senador Afonso Carmargo, atual candidato novamente, também veio da ARENA e foi seu Presidente, o atual Presidente da República, se nós olharmos no Ministério da República, os ministros, começando pelo Sr. Presidente e o Chefe da Casa Civil, a maioria absoluta foi do PDS. Tantos homens de respeito e de bem estão agregados em todas as legendas e tantos Deputados decanos desta Casa, Deputados atuais que vieram para esta Casa que muito bem representam esta região.

E nós que estamos voltando ao convívio da nossa família já sabíamos há mais de um ano, quando o Deputado Hélio Duque, em companhia de Álvaro Dias, nos insistia e nos convidava. Aí está Tuguio Setogutte, meu amigo de Umuarama, ex-Prefeito e atual Deputado, sabe que fui convidado diversas vezes. Eu dizia com o respeito que tinha pela pessoa do Senador Álvaro Dias, e pela amizade que me trazia pela sua família, e pelos laços que ele nos acompanhou nesta Casa, eu votaria em Álvaro Dias para Governador.

Há mais de um ano eu não estava agregado em nenhuma legenda e nem filiado. Desfiliei-me antes das eleições de Prefeito e sempre disse e reafirmei que votaria para o meu partido, onde iniciei a minha vida pública, que é o PTB.

Quero dizer ao Líder do Governo, ao Líder de todos os partidos, fosse qual fosse a decisão do PTB, que já tinha o compromisso firmado com o Senador Álvaro Dias, para que eu e minha família votássemos nele. Mas, precisamos aqui, nesta Casa, ainda na data de ontem recebia na Comissão de Constituição e Justiça, mais de cinquenta projetos de convênios de interesse dos municípios. Estão parados. Passamos a tarde dando nosso parecer e como relator.

Quero aqui trazer a minha palavra. No início, quando assumi esta tribuna, indicado pelos meus companheiros, disse: vamos cumprir o compromisso que temos firmado entre os quatro Deputados, para que esta Casa dê número suficiente para votar as matérias de interesse do Governo, de interesse dos municípios e da população. Não vamos aceitar a discriminação e que se fale generalizadamente em nome do PDS e nem da ARENA. Tantos corruptos têm no partido do Governo atual. O próprio João Elísio foi também da ARENA e hoje é o Governador do Estado, meus amigos.

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Estranho a irresponsabilidade do líder do PMDB nesta Casa...

O SR. NESTOR BAPTISTA - Eu não estranho. Pela Ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Erondy Silvério - Estou com o aparte, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Concedo a palavra, Pela Ordem, ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Permito-me dizer que não assumi nenhuma irresponsabilidade, também não assumo, porque estou de posse de um relatório final da CPI da Corrupção. Fui bem claro ao dizer que aqueles que deram apoio às corrupções denunciadas, evidentemente foram coniventes com a corrupção...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Pela Ordem. Está com a palavra o Sr. Deputado Fuad Nacli, com o aparte concedido a mim...

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) - A Presidência devolve a palavra ao Sr. Deputado Fuad Nacli.

O Sr. Erondy Silvério - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não aceito as insinuações do Deputado Nestor Baptista, porque, em trinta anos de vida pública, nunca cometi um ato de corrupção. Não aceito esta generalidade. Deve o Deputado Nestor Baptista dizer à Casa onde ele está achando dinheiro para fazer uma campanha milionária. Isto sim é corrupção eleitoral. Onde ele está achando dinheiro? Ele tem que justificar os atos de corrupção da administração do PMDB no Governo.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Pela Ordem.

Estou sendo citado nominalmente. Quero fazer um desafio ao pródigo empresário Erondy Silvério, que descubra um centavo que tenha sido dado para a minha candidatura. Ganhamos muito bem aqui, Deputado. É o dinheiro que eu aplico na minha campanha.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Milagroso!

É da multiplicação dos pães e dos peixes. Com o vencimento de deputado, fazer uma campanha milionária! Só de cartaz o que este moço gastou na campanha, nem com quatro anos de subsídio a Casa paga.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Isto é Vossa Excelência que está dizendo.

O SR. FUAD NACLI - Srs. Deputados, viemos à tribuna apenas para dizer ao povo do Paraná...

O Sr. Nestor Baptista - Concede-me um

aparte, Sr. Deputado?

O SR. FUAD NACLI - Se a Presidência me der mais uns minutos eu darei a tarde toda, o dia todo.

Eu gostaria de terminar, pelo menos, o meu pronunciamento, Sr. Deputado.

Eu vim a esta tribuna para dizer...

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Esta Presidência lhe concede mais um minuto além dos dez já concedidos, para que encerre o seu pronunciamento.

O SR. FUAD NACLI - Eu vim a esta tribuna para dizer aos nossos companheiros, aos nossos Deputados irmãos, aqueles que convivem conosco há muitos anos, que nós gostaríamos que quando os pronunciamentos fossem feitos, citassem os nomes dos homens que "meteram a mão no jarro" ou então, que deviam estar na cadeia. Hoje, no Governo do Estado, está o PMDB, no Governo Federal, está o PMDB. Por que não colocam os corruptos e os homens na cadeia?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Nestor Baptista - Concede-me trinta segundos, Deputado?

O SR. FUAD NACLI - Perfeitamente.

O Sr. Nestor Baptista - Eu apenas gostaria, rapidamente, Sr. Presidente, em trinta segundos, de dizer - e até ofereço a minha máquina Off-Set comprada por Cz\$ 45.000,00 ao Deputado Erondy Silvério, e trago a nota do papel que eu comprei, com o meu dinheiro, uma nota de Cz\$ 29.000,00 e uma de Cz\$ 4.000,00 e a colagem, Deputado, eu não faço com carro, comprando carro, distribuindo carro e comprando vereadores. É a minha família que faz. São meus irmãos que fazem. É a minha esposa que anda na rua, a minha campanha é grande porque é uma campanha de amigos e uma campanha familiar. Não compro vereador, não compro prefeito e não dou carro para cabo eleitoral.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando Preferência na discussão e votação, ao Projeto de Lei n.

106/86, constante da Ordem do Dia de hoje. - Aprovado.

De conformidade com o requerimento de Preferência de votação acima aprovado.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 106/86, de autoria do Deputado ANTÔNIO BELINATI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor JOSÉ PIMENTEL DE CARVALHO. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 42/86, de 12/05/86).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N. 106/86

##### P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Antônio Belinati, concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. José Pimentel de Carvalho.

A matéria não possui qualquer impedimento, seja de natureza constitucional, legal ou regimental.

Sob o aspecto do mérito, a justificativa e o extenso currículo anexo ao projeto de lei, evidenciam a justeza da iniciativa.

Assim sendo, manifestamos o nosso Parecer favorável, opinando pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 27.08.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 308/85, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede Gratificação de Representação aos Assistentes Jurídicos ativos e inativos, do Quadro Geral do Poder Executivo, e dá outras providências. Com Parecer Favorável da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência. Com Emendas de Plenário.

Em discussão o projeto e as emendas.

Em votação a Emenda de n. 01. - Aprovada.

Em votação a Emenda de n. 02. - Aprovada.

Em votação a Emenda de n. 03. - Aprovada.

Em votação a Emenda de n. 04. - Aprovada.

Em votação o projeto. - Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 158/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 82/86), que objetiva dar nova redação ao art.11 e seus incisos e parágrafos, da Lei n. 7.424, de 17.12.80, que versa sobre o Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, e dá outras

providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com EMENDAS DE PLENÁRIO. *OK*

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário de autoria dos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e Ezequias Losso, devidamente aprovadas, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO N. 01  
PROJETO DE LEI N. 158/86

ACRESCENTE-SE ONDE COUBER  
OS SEGUINTE ARTIGOS:

"Art.1º.- Ficam transformados, no Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 8 (oito) cargos de Consultor Legislativo - CL -1 Classe "D"-Referência 1, em 4 (quatro) cargos de Consultor Técnico às Comissões.

Parágrafo Único - Os cargos criados por este artigo terão vencimentos e vantagens atribuídos aos cargos de Procuradores da Assembléia Legislativa.

Art.2º.- Os cargos de Procurador da Assembléia Legislativa serão preenchidos, através de promoção, dentre os funcionários ocupantes dos cargos de Consultor Legislativo "A", portadores de diploma de Bacharel em Direito devidamente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, e os cargos de Consultor Técnico às Comissões, criados por esta Lei, serão preenchidos, através promoção dentre funcionários ocupantes dos cargos de Consultor Legislativo "A", portadores de outros diplomas de nível universitário".

Sala das Sessões, em 18.09.86.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

Apoio: Tuguio Setogutte, Sabino Campos, Péricles Pacheco e Antônio Belinati.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 02 *OK*

"Inclua-se onde couber":

Art. - O índice percentual da gratificação de representação de que trata o art. 11, da Lei n. 7.825, de 19 de dezembro de 1983, fica elevado para valor igual ao fixado pelo art.1º da Lei n. 8.089, de 05 de junho de 1985.

Art. - A gratificação adicional por tempo de serviço dos ocupantes dos cargos do Quadro Especial, criado pelo art. 28, da Lei Complementar n. 26, de 30 de dezembro de 1985, será computada segundo os critérios estabelecidos na Lei n. 8.080, de 05 de maio de 1985.

Art. - A gratificação instituída pelo artigo 97, da Lei Complementar n. 26, de 30 de dezembro de 1985, fica estendida ao Corregedor e aos membros da Coordenadoria de Recursos e do Conselho Superior, todos integrantes da estrutura organizacional básica contida na mesma lei.

Sala das Sessões, em 18.09.86.

(a) EZEQUIAS LOSSO

Apoio: Ivan Gubert e Leônidas Chaves.

JUSTIFICATIVA:

Os integrantes da Carreira de Procurador, por força de preceito constitucional, representam o Estado do Paraná judicial e extrajudicialmente, acumulando também a atribuição de consultores jurídicos do Poder Executivo, das autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista (Constituição Estadual, art. 59).

Constituindo-se o Estado dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, não faz nenhuma dúvida que todos eles são judicialmente representados pelos Procuradores, tal como decorre do art.12, inciso I, do Código de Processo Civil.

Foi exatamente a amplitude dessas responsabilidades que levou o legislador constitucional a vincular a procuradoria Geral diretamente à Governadoria.

É, portanto, no exercício dessa função postulatória plena, que os procuradores promovem a defesa dos interesses do Estado em todos os juízos e tribunais do País (inclusive perante os órgãos da Administração), cuidando sempre, para que prevaleçam as decisões que, em o favorecendo, venham a repercutir, em última análise, sobre o comportamento de sua receita originária ou derivada. E assim tem sido nas grandes teses relativas à tributação (café, soja, algodão, importação de frutas, transmissão de propriedade imobiliária, etc), como também, sobre indenizações por desapropriação direta ou indireta, ou decorrentes de acidentes; usucapião de terras devolutas, mandados de segurança e ações sobre matéria tipicamente administrativa. Acresça-se a esse genérico rol, as informações e os pareceres que diuturnamente são elaborados, na maioria das vezes, sobre matéria de extraordinária relevância.

São essas, basicamente, as atribuições dos Procuradores do Estado.

Os Procuradores do Tribunal de Contas, em contrapartida, como deflui da própria Constituição Estadual (art. 41, § 5º) e específica, oficiam junto àquele Tribunal sobre matéria administrativo-orçamentária, e atos e contratos sujeitos ao seu registro.

Não obstante a responsabilidade e a importância de seu mister, não há como negar que ele se atém a um âmbito bem mais restrito que aquele que se comete aos Procuradores do Estado.

Assim, enquanto os Procuradores do Estado, no ministério de sua função pública, agem em juízo e fora dele, representando o Estado como autor, réu, assistente ou oponente, e, ainda, como Consultor Jurídico.

co, os Procuradores junto ao Tribunal de Contas se restringem ao exercício de atribuições "interna corporis", de cunho eminentemente administrativo.

As atribuições de uma e de outra dessas categorias funcionais, portanto, são iguais e assemelhadas na medida em que desempenham tarefas no âmbito da repartição; mas, exercendo os Procuradores do Estado atribuições que vão além dessa dimensão funcional, é evidente que extrapolam, de muito a condição expressa no artigo 98, da Constituição Federal, verbis:

"Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas".

E o Supremo Tribunal Federal já decidiu por inconstitucionalidade de lei, de Mato Grosso, por desobediência a esse postulado, como se vê da RP. n. 1.310-3, assim emendada:

"Inconstitucional é a Lei n. 4917, de 07.11.1985, do Estado do Mato Grosso, que concedeu aos servidores do Poder Legislativo, um abono salarial equivalente a 80% dos seus vencimentos, desnivelando-os dos funcionários do Poder Executivo, em quebra do princípio da paridade estatuído nos arts. 98 e 108, § 1º, da Constituição.

Representação julgada procedente".

(DJU de 27.06.86, p.11.614).

Ocorre que os Procuradores do Estado, tendo retribuição salarial idêntica à dos Procuradores do Tribunal de Contas, percebem gratificação de representação de apenas 60% dos vencimentos (Lei n. 7.825, de 19 de dezembro de 1983), ao passo que estes têm-na fixada em 170% (art. 1º da Lei n. 8.089, de 05 de junho de 1985).

Por outro lado, a gratificação adicional por tempo de serviço dos Procuradores do Estado é contada de quinquênio a quinquênio, nos moldes do Estatuto dos funcionários Públicos Civis, enquanto a dos Procuradores do Tribunal de Contas, obedece, exatamente, aos critérios estabelecidos na Lei n. 8.080, de 09 de maio de 1985 - vale dizer - aos mesmos parâmetros vigorantes para a Magistratura e o Ministério Público.

Ora, considerando-se que ambas as vantagens se incorporam aos vencimentos para todos os efeitos legais, é irrecusável que, após concedidas, correspondem aos próprios vencimentos. Se estes, por conseguinte, retratam notória e substancial superioridade sobre aqueles que se paga aos ocupantes dos cargos de Procurador do Estado, que têm atribuições mais do que iguais ou assemelhadas - como se viu - há que se fazer cumprir o citado preceito

constitucional, estabelecendo-se a necessária equiparação nos termos de seu parágrafo único.

Em tais condições, mais do que justa é a extensão do regime jurídico daquelas Leis aos Procuradores do Estado, a fim de que prevaleça o princípio da isonomia contido no art. 153, § 1º, da Carta Magna, particularizado através de seus arts. 98 e 108, § 1º.

Em discussão o projeto e as emendas.

Em votação a Emenda de n. 01- Aprovada.

Em votação a emenda de n. 02- Aprovada.

Em votação a Emenda de n. 03-Aprovada.

Em votação a Emenda de n. 04- Aprovada.

△ Em votação a Emenda de n. 01, em 3ª Discussão, de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo. Aprovada.

△ Em votação a Emenda de n. 02, em 3ª Discussão, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso. Aprovada.

Em votação o projeto. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 47/86, (Mensagem n. 62/86- ex-Proposição n. 77/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova 3º Termo Aditivo, firmado em 26.02.86, ao Convênio de 15.07.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e da Fundação Instituto Agrônomo do Paraná, e o Ministério da Agricultura, objetivando a complementação de recursos financeiros para a consecução do objetivo previsto no instrumento originário. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n. 48/86, (Mensagem n. 61/86- ex-Proposição n. 73/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos Aditivos celebrados em 21.03.86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, e o ministério da Agricultura, conforme especifica. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 49/86, (Mensagem n. 63/86- ex-Proposição n. 74/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, com as partes, datas e objetivos adiante mencionados. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 50/86, (Mensagem n. 52/86- ex-Proposição

n. 69/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 1.º Termo Aditivo, firmado em 30.12.85, ao Convênio SAREM n. 63/85, celebrado em 02.10.85, entre o Estado do Paraná e a União, através da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, objetivando a prorrogação do prazo de vigência do Instrumento originário. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 51/86, (Mensagem n. 64/86- ex-Proposição n. 76/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos Aditivos celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, com as partes, datas e objetivos adiante mencionados. **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 383/84, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que cria o Distrito Administrativo de Mauá, no Município de Marilândia do Sul, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA:**

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO AO  
PROJETO DE LEI N. 383/84

Art. 1.<sup>o</sup> passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.<sup>o</sup> - Fica criado no Município de Marilândia do Sul, o Distrito Administrativo de Mauá da Serra, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

"Começa no cruzamento da Estrada Mauá no Rio Apucarantina, subindo por este até a foz do Rio Valência, pelo qual sobe até a sua nascente mais próxima do Córrego Queimado, de onde por linha seca alcança a nascente do Córrego Queimado, e por este abaixo, até a sua foz no Rio do Meio, pelo qual desce até alcançar o Rio Preto; daí sobe por este até sua cabeceira mais alta (próximo do Morro do Mulato); daí até a cumiada da Serra do Cadeado, seguindo pela cumiada desta até a cabeceira mais alta do Rio das Antas, pelo qual desce até o cruzamento da Estrada dos Caetanos, por esta até a Estrada Ribeirão do Meio, seguindo pela referida Estrada no sentido Nordeste até alcançar a Estrada Fazenda Panania; segue por esta até a Estrada Engenho Velho, segue por esta até alcançar a Estrada Lagoa Mauá, e por esta até alcançar o Rio Apucarantina, ponto de Partida.

Sala das Sessões, em 18/09/85.

(a) JORGE MAIA FILHO

Apoio: Orlando Pessuti,  
Paulo Furiatti,  
Anibal Khury,  
Antônio Annibelli,  
Márcio Almeida e  
Wilson Fortes.

#### JUSTIFICATIVA:

Com a presente Emenda estamos propondo a mudança do nome do distrito que se pretende criar em Marilândia do Sul para Mauá da Serra, a fim de evitar a coincidência com o Distrito de Mauá, já existente em outro município vizinho ao Estado de São Paulo, bem como, estabelecer novas divisas apresentadas pela Assessoria do Planejamento daquela Municipalidade.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. **Aprovada.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 146/85, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que aprova o memorial descritivo e as confrontações do município de Doutor Camargo conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., à **EMENDA SUBSTITUTIVA**, por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Em discussão o projeto e a emenda.

Em votação a Emenda Substitutiva. **Aprovada.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO Do Projeto de Lei n. 280/85, de autoria do Deputado JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Prelado da Igreja Católica, DOM OLÍVIO AURÉLIO FAZZA, Bispo Diocesano de Foz do Iguaçu - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., à **EMENDA SUBSTITUTIVA**, por unanimidade.

Em discussão o projeto e a emenda.

Em votação a emenda. **Aprovada.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 304/85, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI E OUTROS, que autoriza o Poder Executivo a reverter ao Município de Paulo Frontin, parte remanescente, não utilizada, do imóvel constituído pelo lote de terreno urbano, com área de 14.220.00m<sup>2</sup>, situado no quadro urbano da Cidade de Paulo Frontin, com as confrontações e metragens que especifica, transcrito no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mallet. Com SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. e PARECER FAVORÁVEL, por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Em discussão o projeto e a emenda.

Em votação a emenda. **Aprovada.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de lei n.56/86,



de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que denomina "Rodovia Vereador Jocelino Pereira dos Santos", a rodovia que liga Goioerê - Nova Aurora. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade, EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 101/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 58/86), que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder à doação de área de terras de propriedade do Estado ao Município de Santa Inês, com área de 450m<sup>2</sup>, constituída pelo lote de terreno urbano n. 4, da quadra n. 10, situada naquela localidade, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 129/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria o Distrito Administrativo de Borba do Campo de São Sebastião, no Município de São José dos Pinhais, com sede na localidade de Borba do Campo e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 139/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 74/86), que objetiva conceder uma pensão mensal no valor de 4,9 (quatro vírgula nove) salários-mínimos a ANNA ELFRIDA ANDERSEN PETUYA, filha de Alfredo Andersen. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO Do Projeto de Lei n. 140/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria o Distrito Administrativo de São Marcos, no Município de São José dos Pinhais, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 184/86, de autoria do Deputado NILSO SGUARREZI, que declara de utilidade pública a LOJA MAÇÔNICA "JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA", com sede e foro em Curitiba - Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 54/86 (Mensagem n. 45/86 - ex-Proposição n. 61/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 1.º Termo Aditivo datado de 31/12/85, ao Convênio

MDU(CNDU/SDU), n. 007/85, celebrado em 16/09/85, entre o Estado do Paraná e o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, visando a preparação do Subprojeto Londrina-Maringá/METRONOR, do Projeto Cidades de Porte Médio. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 55/86 (Mensagem n. 48/86 - ex-Proposição n. 63/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, objetivando a transferência de recursos e de tecnologia do sistema construtivo de natureza alternativa tipo solo-cimento, com destinação que especifica, nas municipalidades adiante mencionadas. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 56/86 (Mensagem n. 84/86 - ex-Proposição n. 87/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio de Cooperação Técnica e a Financeira celebrado em 25/04/86, entre o Estado, através da Secretaria da Indústria e do Comércio e o Ministério da Indústria e do Comércio, através do Conselho do Desenvolvimento Comercial, objetivando a cooperação técnico-financeira para a manutenção do projeto "Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista" da Região Metropolitana de Curitiba. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 57/86 (Mensagem n. 85/86 - ex-Proposição n. 90/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo do Convênio de Cooperação Técnica, celebrado em 23/12/85, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias da Indústria e Comércio e da Agricultura, o Ministério da Agricultura, através da OCEPAR, objetivando a execução de um programa de desenvolvimento da cultura paranaense baseada na organização cooperativa. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar, pelo falecimento da Senhora Marcela Rotta Cury, ocorrido nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da SANEPAR,, por intermédio da Secretaria do Interior,

encarecendo a implantação de um sistema de abastecimento de água, no Distrito de Santa Maria, Município de Pitanga. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando votos de congratulações às Igrejas Evangélicas, pelo transcurso do "Dia das Escolas Bíblicas Dominicais". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Educação, viabilizando a criação e instalação de um Curso Técnico Agrícola, a nível de 2º Grau, no Município de Cascavel. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhora Deputada Amélia Hrushcka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Cultura e do Esporte, encarecendo apoio à realização dos Jogos Abertos do Paraná - 1987, através da Comissão Organizadora do evento. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 22, às 10:00, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

##### EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 195/85.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 170/86.

4ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 158/86.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 383/84, 146, 280 e 304/85, 56, 101, 129, 139, 140 e 184/86 e dos Projetos de Resolução n. 54 a 57/86.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 106/86.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 333 e 339/85, 40, 43, 82, 93, 94, 127 e 203/86 e dos Projetos de Resolução n. 58, 59, 60, 61 e 85/86.  
Levanta-se a sessão.

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA  
ATA DA 18ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 1986

QUINTA-FEIRA  
Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores De-

putados Eduardo Baggio e Sérgio Spada.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Aníbal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hrushcka, Antônio Belinati, Augusto Carneiro, Caíto Quintana, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Fuad Nacli, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tuguio Setogutte, e Wilson Fortes (41). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Airtton Cordeiro, Artagão Mattos Leão, Basílio Zannusso, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Hermas Brandão, Jorge Maia Filho, Rubens Bueno, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos e Werner Wanderer (17).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

#### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Não havendo expediente a ser lido,  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 39/86, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. ÂNGELO PLANAS.  
- Aprovado. (Public. no D.A. n. 15/86, de 24/03/86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 84/86, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS TRABALHADORES RURAIS DE BARBOSA FERRAZ, com sede e

foro no Município de Barbosa Ferraz. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 33/86, de 08/04/86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 109/86, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALTÔNIA, com sede e foro no Município de Altônia. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 45/86, de 15/05/86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 116/86, que autoriza o Poder Executivo a doar à Mitra do Bispado do Rito Ucrâniano, os imóveis de sua propriedade, que especifica. - Aprovado. (public. no D.A. n. 49/86, de 22/05/86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 120/86, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel de propriedade do Estado, que especifica, ao município de Pérola. Aprovado. (public. no D.A. n. 51/86, de 28/05/86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 136/86, que denomina GUATAÇARA BORBA CARNEIRO, a Rodovia Estadual PR-340, que liga o Município de Castro ao Município de Tibagi. - Aprovado. (Public. no D.A. 65/86, de 19/06/86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 138/86, que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Paranaíba, os imóveis que especifica, havidos pelo Estado do Paraná, conforme as transcrições imobiliárias que menciona, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paranaíba. Aprovado. (Public. no D.A. n. 66/86, de 23.06.86. Mensagem n. 75/86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n. 41/86, que referenda nos termos do art. 5º da Lei n. 8183, de 09/12/85, os orçamentos das Fundações, Empresas Públicas, Autarquias e Órgãos de Regime Especial,

para o exercício de 1986, todos constantes do Decreto n. 7227, de 08/01/86. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 05/86, de 03/03/86, Mensagem n. 01/86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n. 44/86, que aprova os Convênio datados de 26/02/86, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios de ARAUCÁRIA, COLOMBO e PIRAQUARA, com a interveniência da COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros do PME, para a implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte público de passageiros nas municipalidades. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 23/86, de 08/04/86, Mensagem n. 44/86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n. 45/86, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Empresa Paranaense de Turismo, com os municípios e nas datas que especifica, visando a implantação de áreas de lazer e dos equipamentos básicos para o seu funcionamento nas municipalidades. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 23/86, de 08/04/86, Mensagem n.45/86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 46/86, que aprova o Convênio celebrado em 03/02/86, entre o Estado do Paraná e o Ministério do Trabalho, com a interveniência da Secretaria Extraordinária do Trabalho e Assuntos Comunitários e da Secretaria de Emprego e Salário, objetivando a cooperação técnica, administrativa e financeira para assegurar o fortalecimento do SINE, no Estado. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 20/86, de 02/04/86, Mensagem n. 46/86.)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.